

Tribunal da Relação de Lisboa

Acórdão n.º 2024/0187/5.3T8LRL

Data: 12 de novembro de 2024

Acórdão Final – Confirmação da Sentença

Processo: Penal n.º 2023/0456 – Burla Informática por Phishing – Transferências Fraudulentas de €32 000

Juiz de Instrução Criminal: Juiz de Instrução Criminal n.º 4 do Tribunal Judicial de Lisboa

Autor/Requerente: Ministério Público, representado pela Procuradora **Dr.ª Marta Santos** (OA 54321)

Réu/Requerido: **João da Silva**, contribuinte n.º 123 456 789, residente em Rua da Palma, 45, 1150-210 Lisboa, representado pelos Advogados **Dr.ª Ana Pereira** (OA 12345) e **Dr. Luís Carvalho** (OA 67890).

1. Relatório

1.1. O Ministério Público ofereceu denúncia contra o réu João da Silva, imputando-lhe a prática de burla informática, tipificada no artigo 217.º, n.º 1, alínea d) do Código Penal, por ter, entre 10 e 25 de março de 2023, enviado correio eletrónico fraudulento (phishing) a vários clientes da entidade bancária **Banco Popular, S.A.**, induzindo-os a efetuar transferências bancárias no total de **€32 000,00** para contas controladas pelo réu.

1.2. Na fase de instrução, foram produzidas as seguintes provas:

N.º	Tipo de prova	Conteúdo principal	Data de produção
1	Cópias de e-mails	Mensagens de phishing com falsificação de endereço de e-mail da entidade bancária	15/04/2023
2	Registos de transferências	Extratos bancários que comprovam a saída de €32 000 das contas das vítimas para contas do réu	20/04/2023
3	Peritagem informática	Laudo pericial (Laudo n.º 2023/07/PCI) que demonstra a autoria e a cadeia de IPs ligados ao réu	05/05/2023
4	Depoimentos	Declarações de duas vítimas (Sra. Maria Fernandes e Sr. António Lopes)	10/05/2023
5	Interrogatório do réu	Declarações do réu, que nega a autoria e alega desconhecimento dos procedimentos	18/05/2023

1.3. O réu apresentou contestação, arguindo, entre outras, a inexistência de dolo, a ausência de vínculo direto entre o seu computador e as contas bancárias dos ofendidos e a prescrição parcial do crime.

1.4. O Ministério Público requereu a condenação do réu à pena de **dois anos e seis meses de prisão efetiva**, bem como ao pagamento de indemnização civil no montante de **€32 000,00** a título de restituição integral das perdas patrimoniais das vítimas, acrescido de juros de mora a 5 % ao ano desde a data de cada transferência.

1.5. O Juízo de Instrução Criminal, após a fase de julgamento, proferiu sentença (Sentença n.º 2023/0456/4J) a 30 de junho de 2024, condenando o réu a:

- **Pena de prisão efetiva de dois anos e seis meses**, com suspensão de execução por período probatório de três anos;
- **Indemnização civil de €32 000,00** (valor principal) + **juros de mora** a 5 % ao ano, totalizando **€34 560,00**.

O réu interpôs recurso de apelação, alegando nulidade do laudo pericial e violação do princípio da presunção de inocência.

2. Fundamentação Jurídica

2.1. Da Materialidade e da Autoria O artigo 217.º, n.º 1, alínea d) do Código Penal tipifica a burla informática quando o agente, com intenção de lucro, utiliza meios informáticos para induzir terceiros ao erro e obter vantagem patrimonial.

A prova documental (cópias de e-mails, registos de transferências) demonstra a existência de um esquema de phishing que simulava a comunicação oficial do Banco Popular, S.A. O laudo pericial concluiu, com base em análise forense de endereços IP, que o computador utilizado nas operações estava registado ao nome de João da Silva, com ligação direta ao seu endereço de residência.

A jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça (Acórdão n.º 2022/1123/5.2T8L, de 15 de março de 2022) reconhece que a mera posse de um dispositivo utilizado na prática delituosa, quando comprovada a sua ligação ao crime por perícia informática, basta para a atribuição de autoria, não sendo necessária a demonstração de que o réu tenha efetivamente executado cada transferência.

2.2. Do Dolo e da Intenção de Lucro O dolo específico resta configurado, pois o réu, ciente da ilicitude dos atos, deliberadamente enviou mensagens fraudulentas com o objetivo de obter €32 000,00. A inexistência de alegação de erro de tipo não exime a responsabilidade penal, nos termos do artigo 28.º do Código Penal.

2.3. Da Prescrição O crime em questão tem prazo prescricional de cinco anos, previsto no artigo 109.º, n.º 1, alínea b) do Código Penal. O primeiro ato criminoso ocorreu em 10 de março de 2023; portanto, a sentença foi proferida dentro do prazo prescricional (30 de junho de 2024). Não há que se falar em prescrição parcial.

2.4. Da Indemnização Civil Nos termos do artigo 483.º do Código de Processo Penal, a vítima tem direito à reparação integral dos danos patrimoniais. O cálculo dos juros de mora segue o disposto no artigo 101.º do Código Civil, à taxa legal de 5 % ao ano, aplicável desde a data de cada transferência até ao pagamento efetivo.

Vítima	Valor principal (€)	Data da transferência	Juros de mora (€)	Total (€)
Sra. Maria Fernandes	18 000,00	12/03/2023	2 880,00	20 880,00
Sr. António Lopes	14 000,00	22/03/2023	1 680,00	15 680,00
Total	32 000,00	—	4 560,00	36 560,00

O montante total a ser pago pelo réu é, portanto, **€36 560,00**.

2.5. Da Legalidade da Prova Pericial O recurso de apelação alega nulidade do laudo pericial por suposta falta de imparcialidade. Contudo, o perito nomeado pelo tribunal cumpriu as normas do Código de Processo Penal (artigos 382.º a 388.º), apresentando relatório detalhado, metodologia reconhecida e conclusões baseadas em factos verificáveis. Não há evidência de violação do contraditório, pois a defesa teve acesso ao laudo e apresentou quesitos que foram devidamente respondidos.

2.6. Da Sentença de Suspensão da Execução A suspensão da execução da pena de prisão por período probatório de três anos está em conformidade com o artigo 61.º, n.º 1, alínea a) do Código Penal, que permite a suspensão quando o condenado não tem antecedentes criminais e a pena não ultrapassa três anos. João da Silva não possui registo criminal anterior.

3. Dispositivo

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Penal n.º 2023/0456,

DECIDE o Tribunal da Relação de Lisboa, em sessão de julgamento a 12 de novembro de 2024, por unanimidade,

1. **Confirmar integralmente a sentença proferida pelo Juízo de Instrução Criminal nº 4 do Tribunal Judicial de Lisboa**, nos termos do ponto 1 do presente acórdão;
2. **Condenar o réu João da Silva à pena de dois anos e seis meses de prisão efetiva, suspensa por período probatório de três anos**, nos termos do artigo 61.º, n.º 1, alínea a) do Código Penal;
3. **Condenar o réu ao pagamento da indemnização civil no valor total de €36 560,00 (trinta e seis mil quinhentos e sessenta euros)**, a ser satisfeito no prazo de **90 dias** a contar da notificação deste acórdão, sob pena de execução coerciva nos termos do artigo 483.º do Código de Processo Penal;
4. **Custas processuais**: a cargo do réu, nos termos do artigo 84.º do Código de Processo Penal.

Regista-se que o réu tem o direito de interpor recurso de recurso extraordinário constitucional, nos termos do artigo 351.º da Constituição da República Portuguesa, no prazo de 30 dias a contar da notificação deste acórdão.

Assim, por unanimidade,

Juiz Presidente: Dr. Carlos Mendes

Juízes: Dr.ª Sofia Ribeiro, Dr. Tiago Alves

Lisboa, 12 de novembro de 2024

Assinatura eletrónica do Tribunal da Relação de Lisboa